

Justiça Federal

Digital

NOVO LAYOUT

► **Intimação e citação de entidades e órgãos públicos serão feitas por meio eletrônico**

Cadastro obrigatório na 2ª Região (RJ e ES)

295

► Credenciamento obrigatório de Entidades/Órgãos no sistema de processo eletrônico na Justiça Federal da 2ª Região (RJ e ES)

O TRF2 está procedendo ao cadastramento obrigatório das Entidades/Órgãos que ainda não estão atuando no sistema processual eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região para fins de recebimento de comunicações processuais (citações e intimações) e para o uso dos serviços de envio de petições, PUSH – Acompanhamento por e-mails, de consulta WEB e ajuizamento de ações, em cumprimento da Lei nº11.419/2006 e no prazo determinado pela Resolução TRF2-RSP-2014/00032.

A Resolução TRF2-RSP-2014/00032 atende aos termos da Lei 11.419, de 2006, que estabelece que “no processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico [...]”, “excetuadas as [citações] dos Direitos Processuais Criminal e Infracional” (arts. 9º, caput, c/c 6º).

Representantes das entidades no Espírito Santo devem se dirigir ao Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ) da Justiça Federal para cadastro (Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.877, Vitória – ES, térreo).

Mais informações no tel.: (27) 3183-5075.

Veja a íntegra da Resolução no www.jfes.jus.br.



▶ Justiça Federal promove leilão em São Mateus nos dias 10 e 24/2

A Subseção Judiciária de São Mateus, em conjunto com a leiloeira oficial Hidirlene Duszeiko, realizam leilão presencial e eletrônico nos próximos dias 10 e 24 de fevereiro, às 9 horas, no Norte Palace Hotel e com lances online de qualquer lugar do país, pelo site www.leiloesjudiciais.com.br/es.



No evento, serão leiloados imóveis rurais, urbanos e comerciais em São Mateus. Além disso, veículos, máquinas e outros bens também fazem parte do pregão.

Interessados podem obter informações mais detalhadas pelo site acima ou então pelo 0800-707-9272.

▶ TRF2 suspende prazos processuais de 23 a 27/2 na Vara Federal de Linhares/ES

O presidente do TRF2, desembargador federal Sergio Schwaitzer, suspendeu, no período entre 23 e 27 de fevereiro de 2015, os prazos processuais na Subseção Judiciária de Linhares/ES, em razão de mudança para nova sede. A ordem consta da Portaria N° TRF2-PTP-2015/00044, de 4 de fevereiro de 2015. Leia a Portaria no www.jfes.jus.br.

Nova sede

O contrato de locação do novo imóvel, que proporcionará melhores instalações para a Vara Federal de Linhares, tanto para magistrados e servidores quanto jurisdicionados, foi assinado pelo diretor do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, em 21 de julho do ano passado.

Trata-se de um imóvel comercial, com área total de 677,70 m², situado na Avenida Hans Schmoeger, bairro Nossa Senhora da Conceição, sendo: pavimento térreo (337,28 m²) e sobreloja (340,42m²).



A Vara Federal de Linhares funciona, atualmente, na Av. Nogueira da Gama, Centro, em imóvel alugado desde 30 de março de 2005.

▶ Ato conjunto designa juízes federais Pablo Coelho, Fábio dos Santos e Aline Alves para atuarem em cargos vagos nas Turmas Recursais

Com o objetivo de dar continuidade à prestação jurisdicional nas Turmas Recursais da Seção Judiciária do Espírito Santo, o corregedor-regional da Justiça Federal da 2ª Região, em exercício, desembargador federal Guilherme Couto de Castro, e a coordenadora regional substituta da Coordenadora dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região, desembargadora federal Lana Maria Fontes Regueira, por meio de ato conjunto, designaram para atuar nos cargos vagos das Turmas, até o seu preenchimento, os juízes federais:

- Pablo Coelho Charles Gomes, na 1ª Relatoria da 2ª Turma Recursal (sem prejuízo de sua indicação para atuar como gestor da Secretaria Única das Turmas Recursais);
- Fábio Cesar dos Santos Oliveira, na 1ª Relatoria da 1ª Turma Recursal (sem prejuízo de sua jurisdição e de sua indicação para atuar como substituto na gestão da Secretaria Única das Turmas); e
- Aline Alves de Melo Miranda Araujo, na 2ª Relatoria da 2ª Turma Recursal (sem prejuízo de sua jurisdição).

Os cargos ficaram vagos em razão da remoção dos juízes federais Boaventura João Andrade, Gustavo Arruda Macedo e Marcell Maria Carvalho Siqueira, para a Seção Judiciária do Rio de Janeiro, definida em pregão realizado em 12 de dezembro/14.

▶ TRF2 divulga resultado definitivo da avaliação dos títulos dos candidatos a juiz federal*

A Comissão Organizadora e Examinadora do XV concurso público para juiz federal substituto da Segunda Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo) publicou o Edital TRF2-EDT-2015/00003, de 4 de fevereiro de 2015, com as notas atribuídas aos títulos dos candidatos, após resultado da avaliação dos recursos. Leia o Edital, na íntegra, no www.jfes.jus.br.

*ACOI/TRF2

Servidor da JFES é aprovado no concurso para juiz

A exemplo de magistrados como Pablo Coelho Charles Gomes e Rogerio Moreira Alves - que antes de ingressarem na magistratura federal fizeram parte do quadro de servidores da Seção Judiciária do Espírito Santo - o analista judiciário Caio Souto Araújo (2ª Turma Recursal) acaba de ser aprovado no XV Concurso Público para Juiz Federal Substituto da Segunda Região.



Servidor da JFES desde outubro de 2013, Caio foi lotado, inicialmente na 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim, sendo removido para Vitória em setembro de 2014, para trabalhar no gabinete do 3º juiz relator da 2ª Turma Recursal, onde atua até hoje.

De acordo com a Coordenação de Concursos do TRF2, a previsão é de que a homologação do resultado do XV Concurso Público para Juiz Federal Substituto da 2ª Região, com a classificação dos candidatos, seja divulgada no próximo dia 10. A posse dos novos magistrados está prevista para 5 de março, no Tribunal.

▶ TRF2: Ajustes no Diário Eletrônico*

Objetivando dar maior celeridade à rotina processual desta Corte, o sistema do Diário Eletrônico (e-DJF2R) está passando por ajustes, razão pela qual sua disponibilização passou a ocorrer um pouco mais tarde.

Todavia, apesar de sua disponibilização se efetivar de forma mais tardia, todos os preceitos legais foram preservados, nos termos da Lei nº 11.419.

Numa segunda etapa do projeto, quando todos os órgãos judicantes e administrativos do Tribunal, bem como seus respectivos sistemas, estiverem habilitados ao envio de matérias consoante a nova rotina, as mesmas estarão disponíveis aos jurisdicionados e demais interessados no mesmo dia.

Definitivamente implantado o novo e-DJF2R, sua disponibilização ocorrerá às 17h, seguindo modelo adotado com sucesso pelo Diário Eletrônico do Superior Tribunal de Justiça e garantindo, ao final, um adiantamento de dois dias nos prazos processuais, se comparado ao sistema atual.

Contamos com a compreensão de todos nesta fase de transição.

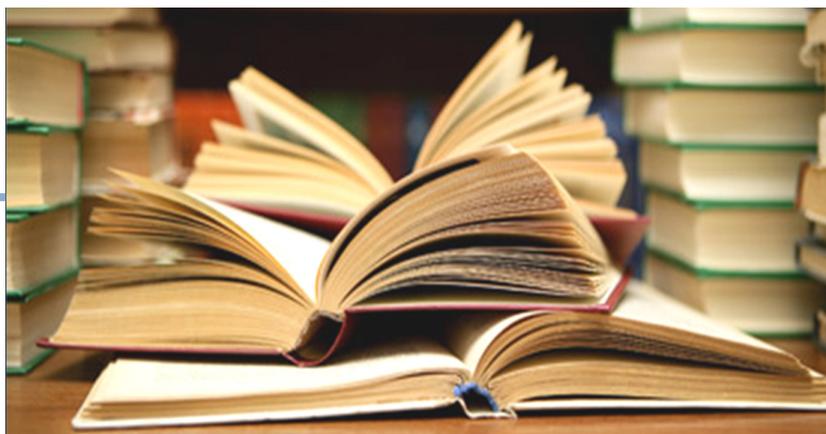
*Tribunal Regional Federal da 2ª Região

▶ Biblioteca disponibiliza 30 novos títulos

A Biblioteca da Justiça Federal do Espírito Santo (JFES) conta com 30 novos títulos disponíveis para consultas.

Dentre os títulos, destacam-se:

- Multiparentalidade e parentalidadesocioafetiva: efeitos jurídicos, de Christiano Cassetari. 2014;
- O poder de controle na sociedade anônima, de Fabio Konder Comparato e Calixto Salomão Filho. 2014;



-Informativos STF e STJ 2012/2013: organizados por pertinência temática, coordenados por Fábio Vieira Figueiredo e Marcelo Tadeu Cometti. 2013;

-Manual de processo penal: volume único, de Renato Brasileiro Lima. 2014;

- A constitucionalização do processo: o modelo constitucional da justiça brasileira e as relações entre processo e constituição, de Hermes Zaneti Júnior. 2014.

A Biblioteca da JFES fica no oitavo andar do prédio sede do órgão (Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória) e possui um acervo muito elogiado por profissionais e estudantes.

► Expediente suspenso na Quarta-feira de Cinzas (18/2)

o Não haverá expediente na Quarta-feira de Cinzas (18/2)

Os expedientes do TRF2 e das Seções Judiciárias dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo estão suspensos na Quarta-feira de Cinzas, dia 18 de fevereiro. (Portaria Nº TRF2-PTP-2015/00041).

o Plantão

Consulte no site da JFES (www.jfes.jus.br) o plantão judicial.

▶ CCJF-Vitória convida para exposição: “Carnaval, A Arte dos Barracões”

O Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal, em Vitória/ES, e a Justiça Federal do Espírito Santo convidam para a exposição



Carnaval A Arte dos Barracões

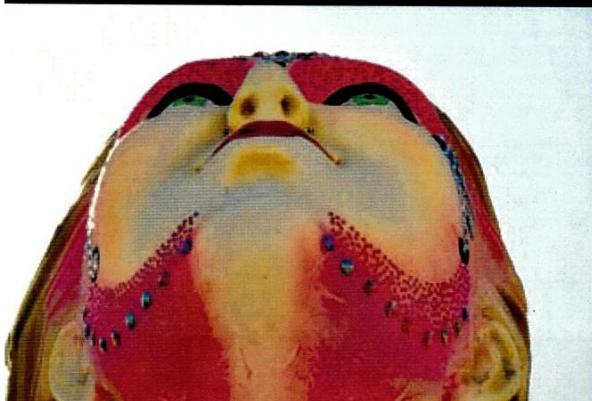
Wladimir Aires

Visitação:

2 a 20 de fevereiro de 2015
De segunda a sexta, das 12h às 17h

Local:

Justiça Federal do Espírito Santo
Av. Mascarenhas de Moraes, 1877
Informações: nccjf@jfes.jus.br



▶ JFES adota medidas para economizar água

A Justiça Federal do Espírito Santo, por meio do Núcleo de Obras e Manutenção (NOM), e a partir de iniciativas das Seções de Manutenção (Seman) e Serviços Gerais (Seseg), adotou medidas para redução emergencial do consumo de água potável: redução em 50% da rega da grama, suspensão da limpeza de caixas d'água no período de escassez e limpeza de pisos com panos úmidos em lugar de lavagem.

O Núcleo toma também providências permanentes, como a limitação de tempo de abertura nas torneiras automáticas e a regulação constante das caixas de descarga. A equipe estuda ainda a implantação de sistemas de irrigação automática e aproveitamento de água de chuva no prédio sede.

E na sua casa? O que você pode fazer para economizar?

O Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS) iniciou na semana passada campanha de conscientização

para uso racional da água. Cartazes e mensagens na intranet divulgam “Os dez mandamentos para economizar água”, difundidos pela Universidade da Água (Uniagua), ONG fundada em 1998 com a missão de proteger, preservar e recuperar a água através da educação ambiental.

Os dez mandamentos para economizar água

1. No banho: Molhe-se, feche o chuveiro, ensaboe-se e depois abra para enxaguar. Não fique com o chuveiro aberto. O consumo cairá de 180 para 48 litros.

2. Ao escovar os dentes: escove os dentes e enxágüe a boca com a água do copo. Assim você economiza 3 litros de água.

3. Na descarga: Verifique se a válvula não está com defeito, aperte-a uma única vez e não jogue lixo e restos de comida no vaso sanitário.

4. Na torneira: Uma torneira aberta gasta de 12 a 20 litros/minuto. Pingando, 46 litros/dia. Isto significa 1.380 litros por mês. Feche bem as torneiras.

5. Vazamentos: Um buraco de 2 milímetros no encanamento desperdiça cerca de 3 caixas d'água de mil litros.

6. Na caixa d'água: Não a deixe transbordar e mantenha-a tampada.

7. Na lavagem de louças: Lavar louças com a torneira aberta, o tempo todo, desperdiça até 105 litros. Ensaboe a louça com a torneira fechada e depois enxágüe tudo de uma vez. Na máquina de lavar são gastos 40 litros. Utilize-a somente quando estiver cheio.

8. Regar jardins e plantas: No inverno, a rega pode ser feita dia sim, dia não, pela manhã ou à noite. Use mangueira com esguicho-revólver ou regador.

9. Lavar carro: Com uma mangueira gasta 600 litros de água. Só lave o carro uma vez por mês, com balde de 10 litros, para ensaboar e enxaguar. Para isso, use a água da sobra da máquina lavar roupa.

10. Na limpeza de quintal e calçada USE VASSOURA - Se precisar utilize a água que sai do enxágüe da máquina de lavar.

Fonte: Universidade da Água (www.seloazul.org)



NOTÍCIAS DO CNJ

► Lewandowski quer que plenário do CNJ julgue apenas casos de interesse geral*

Gláucio Dettmar/Agência CNJ



O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, informou, na 202ª Sessão Ordinária, que o Conselho estuda a inclusão de uma cláusula em seu Regimento Interno para que o órgão passe a julgar apenas casos de interesse geral.

A afirmação foi feita após cerca de quarenta minutos de sustentações orais feitas por advogados, representantes de entidades e candidatos do LIII Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga das Delegações das Atividades Notariais e/ou Registrais do Estado do Rio de Janeiro, que questionam os critérios usados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para a pontuação de títulos dos participantes.

Ao proferir o resultado parcial do julgamento, cujo desfecho foi adiado pelo pedido de vista de um dos conselheiros, Lewandowski informou ao Plenário que a Presidência do CNJ e a Comissão Permanente de Jurisprudência estão elaborando uma alteração regimental para a inclusão de uma cláusula que permita ao colegiado julgar apenas casos de interesse ou repercussão geral.

Não foram apresentados detalhes das mudanças que estão sendo estudadas, mas a ideia, segundo o ministro, é que processos que tratem de questões de interesse meramente individual não sejam mais analisados pelo

Plenário do Conselho. “Um dos mais altos colegiados da República, sobretudo o mais alto colegiado do Poder Judiciário, não pode tratar de questões individuais. Temos de tratar das questões macro”, afirmou Lewandowski. “Estas questões individuais devem ser tratadas, a meu ver, pelos meios judiciais apropriados”, avaliou.

Os estudos para mudança do Regimento Interno contam ainda com a participação do conselheiro Fabiano Silveira. Segundo o presidente do CNJ, uma proposta das alterações a serem feitas pode ser apresentada ao Plenário já na próxima sessão, marcada para o dia 3 de março.

*Tatiane Freire/ Agência CNJ de Notícias

► Nepotismo e novas resoluções para o Judiciário integram a pauta da primeira sessão do ano do CNJ*

A primeira sessão plenária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2015, que ocorre nesta terça-feira (3/2) às 9 horas, em Brasília, conta com uma pauta de mais de 140 itens. Na 202ª Sessão Ordinária do CNJ devem ser analisados nove processos envolvendo suposto pagamento indevido de ajuda de custo a magistrados por ocasião do ingresso na carreira, e um outro relativo a uma possível prática de nepotismo no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS).

Outro destaque da pauta é um pedido de providências para que o CNJ esclareça a possibilidade de utilização de recursos oriundos da aplicação de penas pecuniárias para o custeio de exames de DNA.

Está previsto o julgamento de 59 processos remanescentes de sessões anteriores, como um pedido de providências contra um ato do TJRS que ordenou a retirada de crucifixos e demais símbolos religiosos das dependências do



Luiz Silveira/Agência CNJ

Judiciário gaúcho. Uma proposta de ato normativo pretende regulamentar a prestação de serviço voluntário nos órgãos do Poder Judiciário e um pedido de providências do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) solicita autorização do CNJ para dar destinação ao acervo de processos findos que hoje estão sob guarda do tribunal.

Entre as propostas de resolução previstas destacam-se duas: o estabelecimento de diretrizes e definição de parâmetros para a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau e o pagamento de passivos a magistrados e servidores. Há ainda uma proposta para encaminhar ao Supremo Tribunal Federal (STF) anteprojeto de lei para estabelecer normas gerais para a cobrança de custas dos serviços forenses no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do controle de sua arrecadação.

Também fazem parte da lista de julgamentos da 202ª sessão seis Procedimentos de Competência de Comissão para aprovação do relatório final de mutirões carcerários promovidos pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) em 2014 nas seguintes localidades: Complexo Penitenciário de Gericinó (RJ), Mutirão Carcerário no estado do Tocantins, Mutirão Carcerário realizado no estado de Goiás, Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara (SC), Mutirão do Sistema Socioeducativo do estado de Alagoas e Mutirão Carcerário no estado do Pará.

A sessão será transmitida ao vivo pela TV Plenário ou pelo YouTube, na página do CNJ. Veja a íntegra da pauta no www.cnj.jus.br.

*Agência CNJ de Notícias

► **Lewandowski defende planejamento do Judiciário para combater litigiosidade**

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, destacou, nesta segunda-feira (2/2), a importância de um Judiciário bem estruturado e planejado para garantir direitos e, conseqüentemente, promover a paz social. Este foi o principal tema do discurso do presidente na cerimônia de abertura do Ano Judiciário de 2015, ocorrida nesta manhã, na sede do STF.

Lewandowski citou dados do Relatório Justiça em Números, produzido anualmente pelo CNJ, como termômetro de litigiosidade. Apontando estoque de 95 milhões de processos com congestionamento de 70,9% no ano-base 2013, o ministro enfatizou que a Justiça precisa se planejar para dar vazão à demanda exponencial de conflitos. Segundo ele, a demora na solução dos litígios pode “degenerar em frustrações e violências, trazendo como conseqüência um grave comprometimento da paz pública”.

Embora preocupado com os números, Lewandowski classificou a crescente procura do Judiciário pelos cidadãos como fator de prestígio e de maturidade institucional. “Só reivindica direitos quem reconhece que deles

é efetivamente detentor e tem a convicção de que o sistema judicial pode dar-lhe a satisfação almejada”, argumentou.

Institucional – Lewandowski ainda apontou a necessidade de aprovação de um novo Estatuto da Magistratura no Congresso Nacional em 2015, lembrando que a lei atual foi concebida em 1979, durante regime de exceção. “Pensamos que é chegada a hora de discutirmos as bases da magistratura nacional, de maneira a colocarmos os nossos juízes em um patamar profissional e institucional compatível com os inestimáveis serviços que prestam ao país”, disse.

Diversos atores do Direito prestigiaram a cerimônia – o CNJ foi representado pela corregedora nacional de Justiça, Nancy Andrighi. Do Executivo, compareceram o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, enquanto o Legislativo foi representado pelo presidente recém-eleito da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e pelo então vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PMDB-AC).

Fonte: STF



Nelson Jr./SCO/STF

Informativo produzido pelo:

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)
Justiça Federal do Espírito Santo

Contatos:

Telefone: (27) 3183-5109

E-mail: ncs@jfes.jus.br

Site: www.jfes.jus.br

Projeto Gráfico

Subsecretaria de Produção Visual - SPRO

Impressão

CPGRAF

